

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 180521
Classificação 01001.02
Data 06.11.17



MENCIONE-SE  
PUBLIQUE-SE  
EXPEÇA-SE

17/11/06

Celeste Correia

REQUERIMENTO N.º 407. / X Por T. (2ª) - AQ de Sua Excelência e  
17 de Novembro de 2006 Presidente da A.R. à OAPLEN

06.11.20

*[Signature]*

**Apresentado por:** Deputados Alberto Antunes e Vítor Ramalho, do Partido Socialista

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia da República

**Assunto:** Destino dos terrenos da área industrial da SNES.

É conhecida a evolução da indústria siderúrgica, no mundo e, também, no nosso país.

A diminuição da competitividade da Siderurgia Nacional e a evolução do sector siderúrgico deu origem à reestruturação deste sector de actividade e a consequente disponibilização de uma vasta zona de terrenos, anteriormente afectos à indústria em causa.

A desactivação do alto-forno da antiga Siderurgia deu origem à instalação de um forno eléctrico destinado à produção de aço a partir de sucatas.

Com o encerramento da Siderurgia Nacional foi dispensado um conjunto significativo de trabalhadores e disponibilizada uma vasta área de terrenos e instalações pertencentes à SN.

Para iniciar a laboração do forno eléctrico constituiu-se a empresa de capitais privados SN-Empresa de Produtos Longos, SA, que viria a empregar alguns trabalhadores e a ocupar parte das instalações.

A área de laminagem da antiga Siderurgia Nacional igualmente a ser privatizada, deu origem à instalação de Lusóder Empresa de Aços Planos, SA” que se dedica à produção de coils laminados, destinados ao fabrico de chapa zincada.

A *[Signature]*

Para preparar o expediente 20/11/2006 O Chefe de Divisão <i>[Signature]</i>
--

Para além destas duas empresas, no período de 1999 a 2001 vieram a localizar-se na área anteriormente ocupada pela SN as seguintes empresas :

- Prescor (SNES; CIMPOR e SECIL) , dedicada à moagem de clínquer .
- Ambisider — Recuperações Ambientais, SA, dedicada a desmantelamentos, demolições e recuperações ambientais e envio de resíduos industriais para aterros controlados.
- Ecometais, dedicada à reciclagem de veículos em fim de vida.
- Ecodetra, dedicada à recepção e colocação de resíduos perigosos. Esta empresa, apesar de ter recebido licença do Ministério do Ambiente para deposição de resíduos perigosos, ainda hoje aguarda a licença necessária da Câmara Municipal do Seixal.
- Indusegur, dedicada à mediação de seguros das empresas sedeadas na área industrial da antiga SN.
- Flexijob, dedicada ao fornecimento de trabalho temporário.
- Microlime, dedicada ao fabrico de cal.
- Cyc, dedicada à produção de esponja de carvões a utilizar nos fornos eléctricos.
- SAIQ, dedicada ao apoio e reparação de equipamentos.

Todas estas empresas se constituíram no período que decorreu até 2001, á excepção da Ecometais que iniciou a instalação em 2002.

Estas empresas tinham ainda o objectivo de absorver a mão-de-obra dispensada da Siderurgia Nacional.

Na IX legislatura os deputados do PS eleitos pelo círculo de Setúbal, acompanhados do então Secretário-geral e do deputado José Sócrates tentaram realizar uma visita aos terrenos da SN para se inteirarem da descontaminação dos terrenos e do plano para a atracção e fixação de novas indústrias.

A delegação viria a ser impedida de entrar nas instalações e terrenos em virtude de ser considerada perigosa a visita a terrenos ainda não descontaminados.

O Grupo Parlamentar do PS teve conhecimento de entidades que pretendiam instalar ou ampliar as respectivas indústrias, não se sabendo que respostas tiveram essas pretensões por parte da administração da SNES – Serviços.

Os requerentes tiveram conhecimento que foi objecto de discussão e aprovação uma proposta de um Plano de Desenvolvimento Estratégico para a área em causa.

Circulou igualmente a informação que teria havido, no decorrer da campanha para as eleições autárquicas, um pagamento por parte do CA da SNES-Serviços de um milhão de euros à Câmara Municipal do Seixal por conta das futuras taxas a aplicar na 3ª fase do Alvará de loteamento industrial.

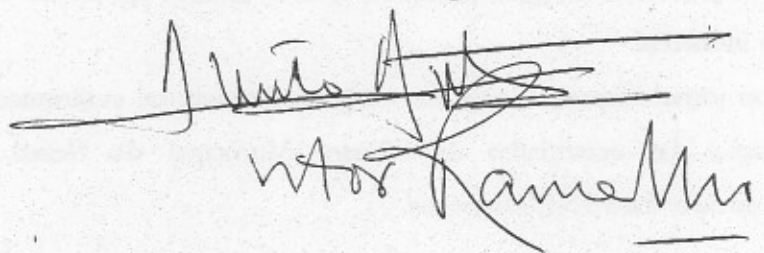
Num encarte saído no jornal Expresso, próximo do período eleitoral autárquico (últimas eleições) de divulgação das actividades da Câmara Municipal do Seixal um dos patrocinadores desse encarte foi a SNES-Serviços.

Assim, de acordo com as disposições constitucionais e regimentais, vimos solicitar a V.Exa. que, através do Ministério das Finanças, nos seja prestada a informação às seguintes questões:

1. Em que fase se encontra a despoluição dos terrenos em causa e qual o prazo previsto para a respectiva conclusão.
2. Existiu efectivamente algum pagamento adiantado à Câmara Municipal do Seixal antes das eleições autárquicas.
3. O Ministério das Finanças mandou elaborar algum Plano estratégico para os terrenos da antiga SN.
4. Quais as orientações definidas para o plano em causa, no caso de existirem.
5. Tiveram os autores do Plano em consideração a vocação dos terrenos e as expectativas de algumas empresas.

6. Prevê o Plano áreas destinadas a habitação, considerando estar no concelho de maior explosão demográfica, dos últimos anos e com considerável número de fogos por vender.
7. Quais as orientações dadas ao plano em causa, ou seja, prevê o Plano a existência de áreas destinadas à habitação face ao crescimento e ao número de novas habitações.

Os Deputados



Two handwritten signatures in black ink. The first signature is partially obscured by a horizontal line. The second signature is more legible and appears to read 'M. S. Carneiro'.